

Julgamento

Brasília, 16 de julho de 2024.

JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

EDITAL LRE Nº 08/2024

LOTE 06-SUPAQ

OBJETO: "Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em engenharia consultiva, visando a elaboração de produtos de engenharia de Estudos e à Estruturação de Projetos vinculados ao PAC e inerentes às atividades finalísticas da INFRA S.A., visando atender às demandas da Diretoria de Planejamento, Diretoria de Empreendimento e Diretoria de Mercado e Inovação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

| | |
|-------------|---|
| RECORRENTE: | GRAF CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA. |
| RECORRIDAS: | CONSÓRCIO EAGLE-HIDROTOPO composto pelas empresas: 1. EAGLE CONSULTORIA ECONÔMICA E DE ENGENHARIA LTDA. CNPJ: 17.940.831/0001-46 - 50% (líder); 2. HIDROTOPO CONSULTORIA E PROJETOS LTDA. CNPJ: 31.250.137/0001-28 - 50%. |

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, conforme Razões de Recurso registradas no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil, Licitações-e.

2. DAS RAZÕES DA RECORRENTE

2.1. Insurge a recorrente contra a decisão de habilitação do CONSÓRCIO EAGLE-HIDROTOPO (SEI nº 8523922), conforme alegações abaixo:

O termo editalício é claro quanto à inabilitação quando expressamente diz que:
“14.25. SERÁ INABILITADO O LICITANTE QUE: (...) b) Enviar documentação incompleta em desacordo com o Edital; (...)”
Entretanto, o consórcio EAGLE – HIDROTOPO deixou de apresentar diversos documentos, para os quais a DD. Comissão de Licitações permitiu que fossem apresentados por meio de diligência, dentre esses parte da Qualificação Econômico-financeira por meio das certidões de falência e concordata das empresas.

| Documentação solicitada em Edital | EC | Hidrotopo |
|---|--------------------------------|--------------------------------|
| Habilitação Jurídica | | |
| Sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial | Entregue/na pasta | Entregue/na pasta |
| Regularidade Fiscal | | |
| Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) | Entregue/na pasta | Entregue/na pasta |
| Certificado de Regularidade relativa ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) | Entregue/na pasta | Entregue/na pasta |
| Habilitação Econômico-Financeira | | |
| Certidão Negativa de pedido de falência, recuperação ou liquidação Judicial ou execução Patrimonial | Entregue/na pasta (Diligência) | Entregue/na pasta (Diligência) |
| Demonstração Financeira: Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (DRE), acompanhadas das Notas Explicativas (NE) do último exercício social | Não Entregue | Entregue/na pasta |
| Capacidade Financeira: Comprovação de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1,00 | Não Entregue | Entregue/na pasta |

a. Qualificação Econômico-financeira

Mesmo após a diligência, o consórcio ainda não apresentou sua documentação de habilitação de forma completa, visto que no item 14.11 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICOFINANCEIRA, do termo editalício em questão, é exigida a apresentação dos seguintes documentos para comprovação da habilitação da empresa:

“14.11.1. Certidão negativa de pedido de falência, recuperação ou liquidação judicial ou execução patrimonial (...)
(...)”

14.11.2. Demonstração Financeira: Apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (DRE), (...)
(...)”

a) Comprovação de capital social ou patrimônio líquido no mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação; E, acumuladamente; (...)

b) Comprovação de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), necessariamente superiores a 1,00 (um inteiro) (...)"

Além disso, para consórcios (caso em questão), tem-se:

"14.11.7. Em se tratando de consórcio: a) Fica estabelecido o acréscimo de 30% dos valores exigidos para os licitantes individuais, inexistente este acréscimo para os consórcios compostos em sua totalidade por micro e pequenas empresas.

b) O percentual de participação da consorciada será aplicado sobre o seu próprio patrimônio líquido, sendo o resultado somado e confrontado com o patrimônio líquido mínimo exigido para o consórcio.

c) Os índices deverão ser comprovados isoladamente."

Conforme apresentado anteriormente nas imagens do link disponibilizado pelo consórcio **EAGLE – HIDROTOPO**, em especial Figura 5 e Figura 13 do presente **RECURSO**, a empresa **EAGLE CONSULTORIA ECONOMICA E DE ENGENHARIA LTDA**. Apresentou somente a Certidão negativa de pedido de falência, recuperação ou liquidação judicial ou execução patrimonial (por meio da diligência) e não apresentou os demais documentos para comprovação de sua qualificação econômico-financeira. E, mesmo que a empresa **HIDROTOPO** atenda às exigências mínimas do processo licitatório, o item 14.11.7. c) é claro na necessidade de que os índices deverão ser comprovados isoladamente, esses que sequer foram apresentados.

Entende-se, também, que, conforme o item 14.19 e 14.20., a proponente poderia optar por realizar sua habilitação parcial pelo SICAF, desde que apresentando o Anexo IV do Edital. Entretanto, tal anexo também não está entre a documentação entregue.

b. Qualificação Técnica Profissional

Na fase de habilitação, o consórcio apresentou os seguintes profissionais:

| PERFIL DO PROFISSIONAL | REQUISITOS E EXPERIÊNCIA DOS PROFISSIONAIS | Qtd | Profissional |
|--|---|-----|---------------------------------------|
| Especialista em hidrovias, com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão hidroviária | Com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão hidroviária | 1 | AUGUSTO SAMPAIO E NATHERCIA GUIMARÃES |
| Eng. Civil pleno com experiência em orçamento e projeto arquitetônico | Com experiência em orçamento e projeto arquitetônico | 1 | RICARDO SCHECHTEL |
| Advogado com experiência de 8 anos no setor portuário | Mínimo de 8 anos de experiência no setor portuário | 1 | GABRIEL SCOTTI |
| Economista, com experiência em business valuation | com experiência em business valuation | 1 | TIAGO BUSS |
| Oceanógrafo, com experiência em hidrografia | Com experiência em hidrografia | 1 | AUGUSTO MUELLER |
| Especialista em análise de dados de navegação interior | Especialista em análise de dados de navegação interior | 1 | LUIZ CLAUDIO DUARTE DALMOLIN |

| PERFIL DO PROFISSIONAL | REQUISITOS E EXPERIÊNCIA DOS PROFISSIONAIS | Qtd | Profissional |
|---|---|-----|---|
| Especialista em portos, com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão portuária | Especialista em portos, com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão portuária | 2 | ANDRE PIMENTEL E ANDRE PIMENTEL JUNIOR |
| Eng. Civil pleno com experiência em orçamento e projeto arquitetônico | Eng. Civil pleno com experiência em orçamento e projeto arquitetônico | 2 | ANA BEATRIZ SAMPAIO E REGINALDO GONÇALVES |
| Economista, com experiência em business valuation | Com experiência em business valuation | 2 | CARINA DAL PAI E CLOVIS DE AZEVEDO |
| Eng. Ambiental | Experiência em licenciamento ambiental no setor de infraestrutura | 2 | LEONARDO STEINER E TAINARA SILVEIRA |
| Especialista em análise de dados de movimentação portuária | Especialista em análise de dados de movimentação portuária | 2 | LEONARDO TRISTÃO E BRUNO TEIXEIRA |

Figura 15 - Anexo V do Consórcio EAGLE – HIDROTOPO

Conforme o Caderno de Respostas nº 2, do dia 3 de junho de 2024, publicado no site da Infra S.A., os profissionais necessários para a habilitação do lote 6 seriam os arrolados na tabela das atividades do SUPAQ 1, portanto a análise dessa documentação será limitada a tais exigências.

ESPECIALISTA EM HIDROVIAS – AUGUSTO SAMPAIO

O profissional Augusto Sampaio, indicado para a função de especialista em Hidrovias, com necessidade de experiência superior a 8 anos, apresentou, inicialmente, 8 atestações.

Entretanto, durante a fase de diligências a DD. Comissão de Licitações julgou necessária a seguinte solicitação:

"1. Em relação à qualificação técnica-profissional a) Apresentar atestados de capacidade técnica, emitidos anteriormente à data da abertura da licitação que comprovem a experiência profissional adequada, conforme consta na alínea b, do item 8.14, do Termo de Referência, reproduzida também no anexo I-E: Especialista em hidrovias, com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão hidroviária, pois os atestados apresentam outras experiências para o profissional Augusto Dantas Sampaio."

Portanto, entende-se que na fase de diligências foi dada ao Consórcio a oportunidade de apresentar novos documentos em relação ao profissional. O Consórcio, então, apresentou quatro novas atestações do profissional, conforme tabela abaixo:

| CONTRATANTE | OBJETO |
|---|---|
| Petrobras | Serviços de estudos de travessia de rios para a Obra de Construção do Oleoduto Recôncavo-Sul da Bahia (ORSUB).] |
| Codeba | elaboração de estudo de navegabilidade e elaboração de projeto executivo de dragagem e derrocamento dos pedrais, no Rio São Francisco: Ressaca (PK 1618), Correnteza (PK 1608), Umburana I (PK 1605) Umburana II (PK 1602) , Roncador (PK 1572) Cachoeira de Carinhanha (PK 1535), |
| Codeba/AHSFRA | Diagnóstico de navegabilidade, estudo de alternativas de passagens, projeto básico de bóias |
| Associação dos usuários da HIDROVIA do Rio Itajaí | EVTEA das instalações portuárias do Complexo do Porto de Itajaí para subsidiar o modelo de concessão das atividades portuárias da SPI |

Considerando que a Lei nº 13.303/2016, que rege o atual processo, não é clara quanto aos limites da diligência, pode-se traçar um paralelo

com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), na qual é expresso:

“Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.”

(GRIFO NOSSO)

Portanto, percebe-se que o estabelecido pela legislação é a possibilidade de complementaridade da informação, desde que não haja alteração na substância dos documentos. Ocorre que, nesta licitação, foi dada a oportunidade ao proponente de apresentar uma NOVA documentação mais adequada ao perfil esperado, o que fere diretamente os princípios básicos da Administração Pública, principalmente da Isonomia. Tal procedimento não atende aos requisitos legais, mas também coloca em risco a habilitação do proponente, uma vez que a adição de documentos está em desacordo com a norma vigente.

“Em princípio, aceitar documentos apresentados por licitante após a fase de habilitação e apresentação de propostas significa fazer tábula rasa da impessoalidade, da isonomia e da objetividade do julgamento. Há, no entanto, situações em que a jurisprudência entende ser possível a juntada de documentos explicativos e complementares a outros já apresentados: Assim, o que se proíbe é o acréscimo de documentação que deveria ter sido apresentada em momento oportuno (habilitação ou proposta de preços), não a juntada de novo documento que tenha o objetivo de esclarecer o conteúdo de outro já entregue, por exemplo: existindo dúvida quanto ao conteúdo de um determinado documento, por meio da realização da diligência, poderá ser entregue outro, com o objetivo de esclarecer o conteúdo do primeiro”(TCU, Acórdão 18/2004 – Plenário)

ESPECIALISTA EM ANÁLISE DE DADOS DE NAVEGAÇÃO INTERIOR – LUIZ CLAUDIO DALMOLIN

Ainda em relação aos profissionais, conforme o item 5.11 do Termo de Referência do Lote 5 e 6, a qualificação profissional deveria ser comprovada por:

Em relação ao requisito de formação: apresentação dos diplomas (ou equivalentes) requeridos para a função, emitidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC;

Em relação ao requisito de experiência profissional: apresentação de atestado, certidão ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a experiência do profissional, conforme o caso.

Em relação ao requisito de tempo de experiência: apresentação de atestado, certidão ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o tempo de experiência do profissional requerido, conforme o caso.

Entretanto, o profissional Luiz Claudio Dalmolin, **não apresentou a documentação necessária para a comprovação de sua experiência como "Especialista em análise de dados de navegação interior"**, conforme exigido pelo Termo de Referência e pelo texto acima.

Não foram apresentados o **diploma de graduação, a declaração futura de contratação**, bem como as atestações necessárias para demonstrar sua capacidade ou participação em projetos na qualidade de "Especialista em análise de dados de navegação interior". Tal ausência de documentação configura um descumprimento das exigências estabelecidas, comprometendo a regularidade da habilitação do Consórcio. Ademais, não foram direcionados esclarecimentos na diligência para esse tema.

2.2. Ao final, requereu o acolhimento das razões de recurso para considerar o consórcio EAGLE – HIDROTOPO inabilitado e desclassificado no Lote 6.

3. DAS CONTRARRAZÕES

3.1. Em sede de contrarrazões, a recorrida se manifestou tempestivamente, por intermédio do documento SEI nº 8596836, em síntese:

I - RAZÕES PARA A IMPROCEDÊNCIA DOS RECURSOS

Em apertada síntese, a Recorrente se insurge contra a Recorrida por esta supostamente não apresentar comprovação não apresentou os documentos necessários para a qualificação econômico-financeira e para a qualificação técnica profissional.

Quanto a capacidade econômico-financeira da Eagle

4. A Eagle comprovou que possui capacidade econômico-financeira para executar o contrato. A Infra S/A realizou análise cuidadosa dos documentos apresentados e concluiu que todos os requisitos do Edital foram atendidos. Para que não haja dúvidas:

| EXIGÊNCIA DO EDITAL | COMPROVAÇÃO DA EAGLE |
|---|----------------------|
| Índice de liquidez geral > 1 | = 6,90 |
| Índice de solvência geral > 1 | = 6,91 |
| Índice de liquidez corrente > 1 | = 6,41 |
| Patrimônio Líquido mínimo (considerando a participação de 50% no Consórcio) = R\$ 825.281,15 ¹ | R\$ 6.346.593,42 |

5. Ou seja, a Eagle satisfaz às exigências do Edital pois possui solidez econômico-financeira para executar o contrato pretendido pela Infra S/A. Para que fique ainda mais evidente, o mínimo de patrimônio líquido necessário para disputar o Lote 06 individualmente corresponde a R\$ 1.269.663,30. O patrimônio líquido comprovado somente pela Eagle corresponde a quase 5 vezes ao exigido no Edital.

6. Considerando que a consorciada Hidrotopo possui um patrimônio líquido de R\$ 10.081.739,24, ao somar esse valor ao patrimônio líquido da Eagle, percebe-se que em conjunto o Consórcio possui capacidade financeira para executar mais de 10 projetos correspondentes ao licitado pela Infra S/A.

7. Esses cálculos deixam claro que a intenção da Recorrente é apenas de tumultuar o processo licitatório. Não resta dúvida de que o Consórcio Eagle-Hidrotopo possui estofo financeiro para cumprir rigorosamente o disposto no Edital e entregar um projeto de excelência à Infra S/A

A comprovação por meio do SICAF

8. O argumento apresentado pela Recorrente é de que o Consórcio Eagle-Hidrotopo não poderia ter sido habilitado por meio do SICAF. Contudo, esse entendimento não corresponde ao descrito no Edital. O item 14.1 é bastante claro ao afirmar que o cadastro no SICAF suplementa os documentos de habilitação econômico-financeira:

14.1. Conforme indicado pelo Presidente da CPL, o licitante deverá encaminhar a documentação de habilitação via sistema, no prazo estipulado, a partir da solicitação, devendo observar as seguintes disposições e encaminhar os documentos abaixo listados caso não conste do SICAF, dele conste vencida, ou não opte por sua habilitação pelo Cadastro (...).

9. Apesar do Edital permitir a habilitação parcial por meio do SICAF, mediante a entrega da declaração do Anexo IX, o Edital permite que a Comissão Permanente de Licitações realize a consulta no sistema e que o licitante envie via Licitações-e apenas documentos que não constam no SICAF.

10. Ou seja, na ausência do balanço patrimonial, da demonstração de resultado de exercício e dos índices financeiros, é permitida a consulta por meio do SICAF. Foi esse o entendimento da Comissão Permanente de Licitações, que realizou a consulta e habilitou o Consórcio Eagle-Hidrotopo.

11. Rememora-se que, para o cadastro no SICAF, é necessária a entrega do balanço patrimonial e da demonstração de resultado de exercício (DRE). O cálculo dos índices é feito automaticamente pelo sistema:

Relatório Calculadora Financeira

Dados do Fornecedor:
Razão Social: EAGLE CONSULTORIA
CNPJ: 17.940.831/0001-46

| | | |
|--|----------------------------------|-------------------------|
| Liquidez Geral 6,90 | Liquidez Corrente 6,41 | Solvência Geral 6,91 |
| Patrimônio Líquido R\$ 6.346.593,42 | Capital Social R\$ 450.000,00 | |

Dados Contábeis:
Ativo Circulante: R\$ 6.886.383,04
Realizável a Longo Prazo: R\$ 523.706,77
Ativo Total: R\$ 7.420.926,21
Passivo Circulante: R\$ 1.074.332,79
Passivo Não Circulante: R\$ 0,00

12. Os documentos apresentados para cadastro no SICAF são os mesmos daqueles exigidos para a habilitação nesta licitação. Ao fim e ao cabo, os itens 14.11.2 e 14.11.3 do Edital foram atendidas pelo Consórcio Eagle-Hidrotopo, sendo justa sua habilitação.

13. Somado a isso, as cláusulas do Edital não podem ser interpretadas de maneira isolada. É equivocado o entendimento da Recorrente de que a Comissão Permanente de Licitação não poderia ter realizado diligência para conferir os documentos de qualificação econômico-financeira no sistema SICAF.

14. Pelo contrário, a diligência é obrigatória, forte no interesse público na obtenção da proposta mais vantajosa. Nos dizeres de ADILSON ABREU DALLARI, “não se pode aceitar que o agente administrativo possa decidir livremente se deseja ou não promover uma diligência esclarecedora. Se assim fosse, sempre haveria risco de tratamento não igualitário; de condescendência com relação a algum licitante e de rigor em relação a outro. Portanto, a previsão legal estabelece um dever de promover diligências esclarecedoras, e não uma faculdade”.²

15. As condições de habilitação, quando existentes antes do certame, devem ser aceitas pela Administração por meio de diligência. Isso quer dizer que a consulta ao SICAF para a conferência dos dados financeiros da empresa é plenamente possível e consoante ao Edital:

14.24 O Presidente da CPL poderá solicitar documento complementar destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência (Acórdão 1211, 2443 e 2568, todos expedidos em 2021 pelo Plenário do TCU).

16. Declarar que opta pela habilitação parcial por meio do SICAF é mera formalidade, que não deve preponderar sobre a proposta mais vantajosa. Ao fim e ao cabo, materialmente, o Consórcio Eagle-Hidrotopo cumpre os requisitos de habilitação econômico-financeira, e isso deve prevalecer frente às formalidades.

17. Deixar de habilitá-lo significaria um formalismo exacerbado, que há muito tempo vem sendo afastado em prol da proposta mais vantajosa à Administração.[...]

II. A CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL DO CONSÓRCIO EAGLE-HIDROTOPO

3.2. Além das alegações supramencionadas, aduz a Recorrente que o Recorrido não teria apresentado capacidade Técnico-profissional em sua defesa a empresa apresentou os argumentos abaixo:

(...)

19. Ambas as Recorrentes apontam que, supostamente, os profissionais apresentados pelo Consórcio Eagle-Hidrotopo não atendem ao disposto no item 5.11 do Termo de Referência. Isso não é verdade. O corpo técnico das empresas consorciadas possui ampla experiência na estruturação de projetos de infraestrutura, todos os profissionais indicados contam com vasta certificação e gabarito.

20. O Consórcio Eagle-Hidrotopo apresentou 17 profissionais para atender às ações 01 e 02 do Lote 06, cujos currículos apresentados demonstram irrefutavelmente a experiência nas respectivas áreas de atuação requeridas no edital.

21. Contudo, as alegações das Recorrentes recaíram sobre questões menores, como a suposta falta de experiência em uma área específica ou a suposta ausência de formação. O intuito destas contrarrazões é destacar formalmente, com uma estrutura organizada, as qualificações e experiências dos profissionais que representam o Consórcio, esclarecendo e apresentando todas as certificações necessárias para contribuir com a análise da Infra S/A.

22. Além disso, cabe frisar que, ao contrário do entendimento manifestado pelas Recorrentes, a jurisprudência demonstra que é possível apresentar informações novas quando essas são preexistentes à abertura do certame, inclusive quanto à apresentação de novos documentos. Esse entendimento está consolidado pelo TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. **Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o**

resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), **não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro**4 .

23. O entendimento do Tribunal de Contas da União não é novidade, vem sendo repetido ao menos desde o início da década de 2000 e, mesmo diante da atualização legislativa pela Lei nº 14.133/2021, permaneceu hígido. Isso porque a modernização normativa acontece, de modo geral, a tornar o procedimento licitatório cada vez mais adequado à sua finalidade última: a contratação da proposta mais vantajosa ao interesse público. Colhe-se do artigo 64 da nova Lei de Licitações:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

24. Isso demonstra que (i) o entendimento apresentado pelas Recorrentes, de que não seria possível apresentar outros documentos complementares em fase habilitação, é equivocado e incompatível com o entendimento jurisprudencial e normativo; e (ii) é poderdever da Administração, em caso de dúvidas sobre a capacidade técnica do licitante, realizar as devidas diligências. Novamente, é da jurisprudência do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

2. O Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, ao atuar como Relator destes autos, com fundamento no art. 27-A da Resolução TCU nº 175/2005, adotou medida cautelar, com fulcro no art. 45 da Lei nº 8.443/1992 e art. 276 do Regimento Interno/TCU, determinando ao Departamento Nacional de InfraEstrutura de Transportes - Dnit que se abstivesse de contratar o objeto do Pregão Eletrônico 588/2007 com a empresa declarada vencedora do certame até que o Tribunal decidisse o mérito deste processo. 3. Tal decisão decorreu dos indícios de irregularidades apontadas na representação da empresa [...], contra sua inabilitação técnica inadequada, no curso do Pregão Eletrônico 588/2007, **mesmo após a verificação de que os atestados apresentados comprovam sua capacidade para executar o objeto do certame, o que contraria os princípios da legalidade, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da competitividade e o art. 30, inciso II, §§ 1º e 3º, da Lei 8.666/93;**[...] 19. [...] caso o Dnit tivesse alguma dúvida se o objeto desenvolvido pela [licitante] atendia às particularidades do objeto licitado, deveria ter diligenciado o TSE [órgão que forneceu os atestados de capacitação técnica] para se certificar.**20. Nesse particular, é importante mencionar que a faculdade para realização da diligência preconizada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, assiste à autoridade julgadora em momentos de dúvidas. Ou seja, caso haja dúvida a autoridade competente pode diligenciar. Entretanto, na dúvida não é lícito ao agente público decidir em prejuízo do interesse coletivo, ainda mais nesse caso que inabilitou a proposta mais vantajosa para a Administração** 21. Salta aos olhos o caso vertente, pois, mesmo após ter ratificado a comprovação da capacidade técnica da representante, o Dnit manteve sua inabilitação.**22. Observo que a depender da complexidade de cada licitação, sempre existirão peculiaridades técnicas individualizadas de maior ou menor relevância, que poderão não constar de forma exaustiva nos atestados relativos a execuções de objetos bastante similares, o que não significa incapacidade da empresa executora.** 23. Assim sendo, se o escopo maior é atendido, não há razão para desclassificar licitante que deixe de contemplar em seu atestado algum vocábulo técnico insculpido no edital, no termo de referência ou no projeto básico. O que enseja a desclassificação é o não atendimento de fato aos requisitos editalícios.⁵

25. Diante disso, o Consórcio EAGLE-Hidrotopo apresenta junto a este recurso um dossiê detalhado contendo toda a experiência da equipe técnica selecionada para a execução deste serviço (doc. 2), inclusive indicando as certidões e declarações que comprovam a adequação da equipe ao exigido no Edital.

26. Para facilitar a compreensão e comprovar objetivamente que o Consórcio EagleHidrotopo atende aos requisitos do Edital, apresenta-se a tabela abaixo contendo (i) a formação de cada profissional, comprovando a exigência da alínea “a” do item 5.11; (ii) a experiência profissional, conforme a alínea “b” do item 5.11; e (iii) tempo de experiência, nos termos da alínea “c” do item 5.11 do Termo de Referência.

| Ação | Perfil do profissional | Requisitos e experiência dos profissionais | Qtd | Profissional | Resumo da comprovação da experiência |
|---------|--|---|-----|-----------------|---|
| SUPAQ 1 | Especialista em hidrovias, com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão hidroviária | Com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão hidroviária | 1 | AUGUSTO SAMPAIO | <p><u>A Recorrente afirma que, mesmo após a diligência realizada pela Infra S/A, não há comprovação de que o profissional possui 8 anos de experiência. Esse entendimento é equivocado, o Consórcio Eagle-Hidrotopo comprovou por meio de atestados as seguintes experiências:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> → Plano de desenvolvimento e zoneamento - PDZ do Porto de Itajaí, e Plano Mestre para o Porto de Itajaí no período de 03/2015 a 12/2016. → Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica (EVTE) da estrada de acesso à região portuária e industrial, para a Prefeitura Municipal de Santarém no período de 10/2014 a 04/2015. → Levantamento batimétrico de baixos localizados no trecho do Rio São Francisco, compreendendo ente as cidades de Pirapora-MG (PK 1982) e Pilão Arcado Velho-BA (PK 967) para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. → Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica (EVTE) da Dragagem de aprofundamento do Canal de acesso, Bacia de evolução e Berços de atracação no Porto de Fortaleza-CE, para Companhia Docas do Ceará no período de 10/2014 a 11/2014. → Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (EVTEA) e os projetos básico e executivo de engenharia, de sinalização de margem e balizamento, projetos básico e executivo de engenharia |

| Ação | Perfil do profissional | Requisitos e experiência dos profissionais | Qtd | Profissional | Resumo da comprovação da experiência |
|------|------------------------|--|-----|--------------|--|
| | | | | | <p>de dragagem e projetos básico e executivo de engenharia de derrocamento na Hidrovia Rio Paranaíba, no bojo do Contrato Nº 2012/08/02 – CODOMAR/AHINOR, para Administração das Hidrovias do Nordeste – AHINOR, no período de 08/2012 a 10/2014.</p> <p>→ Elaboração de Projeto Básico de empreendimento portuário localizado em Pitimbu/PB voltado à movimentação de grãos líquidos combustíveis, composto por área onshore (tancagem e dutos) e offshore (monoboia) com capacidade de aproximadamente 245 mil m3, 3 dutos de 16" de 16km, furo direcional, em área de aproximadamente 2.000.000m2, para Tabu Agroindustrial, no período de 09/2019 a 04/2024.</p> <p>→ Serviço de engenharia de estudo hidrológico, projeto de dragagem, readequação de calha, pontes e acessos, incluindo plano de manutenção, do rio das ostras, afluente do rio Camboriú, situado na região sul de Balneário Camboriú/SC, para Empresa Municipal de Água e Saneamento -EMASA no período de 04/2018 a 04/2019.</p> <p>Currículo resumido: Engenheiro Civil com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão hidroviária. Possui especialização em Hidrografia e navegação para Oficiais, na Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha. Engenheiro</p> |

| Ação | Perfil do profissional | Requisitos e experiência dos profissionais | Qtd | Profissional | Resumo da comprovação da experiência |
|---------|---|--|-----|-------------------|--|
| | | | | | <p>civil sênior, com vasta experiência em projetos de infraestrutura de transporte, com ênfase em portos, hidrovias e canais de acessos aquaviários. Atuou como Coordenador e consultor em projetos de levantamento e estudo hidrográfico, medição de corrente e coleta de dados, elaboração de plano estratégico de portos, assessoria a fiscalização de obras de cais, levantamento batimétrico, levantamento sonográfico, EVTEA, projetos básicos e executivos de portos e de hidrovias.</p> |
| SUPAQ 1 | Eng. Civil pleno com experiência em orçamento e projeto arquitetônico | Com experiência em orçamento e projeto arquitetônico | 1 | RICARDO SCHECHTEL | Engenheiro Civil com especialização em Administração e em Economia, possui mais de 40 anos de experiência na atuação em projetos de planejamento, implantação e operação de sistemas de transportes, tanto no Brasil quanto em outros países da América do Sul e da África. Nesse período, atuou tanto como consultor independente quanto como engenheiro, coordenador e gerente das então operadoras ferroviárias ALL, FERROPAR, FSA e RFFSA, e participou como assessor técnico no desenvolvimento de diversos projetos como o Plano Mestre do Complexo Portuário de Santos. |
| SUPAQ 1 | Advogado com experiência de 8 anos no setor portuário | Mínimo de 8 anos de experiência no setor portuário | 1 | GABRIEL SCOTTI | Advogado formado pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina – CESUSC, e é Especialista em Direito Processual pelo Núcleo de Educação à Distância da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, e é registrado na OAB/SC sob o nº 38.619. Possui experiência na área de direito ambiental, focada na área portuária, ambiental, onde o marco da sua carreira foi o período em que trabalhou para o Porto de Itapoá por mais de 8 anos. Atua em processos de licenciamento, regulação, compensações ambientais, programas sociais, planos de remanejamento e audiências públicas. |

| Ação | Perfil do profissional | Requisitos e experiência dos profissionais | Qtd | Profissional | Resumo da comprovação da experiência |
|---------|---|--|-----|-----------------|---|
| SUPAQ 1 | Economista, com experiência em business valuation | com experiência em business valuation | 1 | TIAGO BUSS | <p>Economista com experiência em business valuation - Economista sênior, com mestrado em engenharia de transportes, possui ampla experiência em projetos de infraestrutura de transporte. Atuou como coordenador, responsável técnico e/ou integrante da equipe no desenvolvimento de EVTEAS em portos, aeroportos, ferrovias, hidrovias e rodovias, realizou avaliações de mercados de cargas e passageiro para transportes, avaliações estratégicas para empresas públicas e privadas do setor de transporte, coordenou estudo de planejamento setorial, calculou o valuation de empresas e negócios, e realizou avaliações financeiras de grandes projetos, dentre outros trabalhos como economista.</p> <p><u>As Recorrentes afirmam que a única comprovação de experiência em hidrografia foi assinada pela Hidrotopo. Contudo, isso ocorreu pois o profissional era funcionário da empresa, conforme a Carteira de Trabalho Digital juntada no doc. 2, assim como de Declaração de atividades prestadas emitidas pelo Porto de Itajaí, dispostas nesse mesmo doc. 2. De qualquer forma, a experiência do profissional pode ser comprovada pelos projetos que atuou junto à Hidrotopo:</u></p> |
| SUPAQ 1 | Oceanógrafo, com experiência em hidrografia | Com experiência em hidrografia | 1 | AUGUSTO MUELLER | <p>→ Levantamento batimétrico multifeixe nas proximidades do Estaleiro Navship – Navegantes - SC – 2014/ 2020;</p> <p>→ Levantamento batimétrico monofeixe no Rio Itajaí-Açú no trecho do Terminal Barra do Rio – SC – 2014/ 2016/2019/2020/2021/2022/2023/2024;</p> |

| Ação | Perfil do profissional | Requisitos e experiência dos profissionais | Qtd | Profissional | Resumo da comprovação da experiência |
|------|------------------------|--|-----|--------------|---|
| | | | | | <ul style="list-style-type: none"> → Levantamento batimétrico multifeixe no Terminal da Braskarne, em Itajaí – SC – 2014 a 2024; → Levantamento batimétrico multifeixe na Bacia de Evolução do Porto de Itajaí até a bacia de evolução do Estaleiro Huisman, em Itajaí – SC – 2014; → Elaboração de estudo de Hidrodinâmica Fluvial no Estaleiro Oceana – Rio Itajaí, Itajaí - SC – 2014; → Elaboração de estudo de navegabilidade e manobrabilidade, modelagem matemática e estudo sedimentológico no canal de do Rio Itajaí – SC – 2014; → Elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ do Porto de Itajaí – SC – 2015; → Levantamento batimétrico multifeixe na Bacia de Evolução e Berço do Terminal da Poly Terminais, Porto de Itajaí – SC – 2015; → Fiscalização dos serviços de dragagem, por meio da execução de levantamentos hidrográficos nos acessos aquaviário do Porto de Itajaí/SC – Superintendência do Porto de Itajaí – SC – 2010 a 2016; → Levantamentos batimétricos multi/monofeixe nos canais de acesso e bacia de evolução do Terminal Barra do Rio – SC – 2016; |

| Ação | Perfil do profissional | Requisitos e experiência dos profissionais | Qtd | Profissional | Resumo da comprovação da experiência |
|------|------------------------|--|-----|--------------|--|
| | | | | | <ul style="list-style-type: none"> → Levantamento batimétrico multifeixe na Bacia de Evolução do Terminal da Poly Terminais SC – 2016; → Coordenação e análise dos serviços de engenharia para fiscalização dos serviços de dragagem, por meio de execução de levantamento hidrográfico nos acessos aquaviário do Porto de Itajaí/SC – Porto de Itajaí – 2016/2017; → Elaboração de Estudo de Hidrodinâmica Fluvial no Terminal da Poly Terminais, contemplando estudo de Navegabilidade e Manobrabilidade no Canal do Rio Itajaí, Itajaí - SC. – 2018; → Levantamento Batimétrico Multifeixe no canal de acesso e bacia de evolução do terminal da Teporti – Itajaí - SC – 2017, 2018 e 2019; → Levantamento Planialtimétricos do Molhe Norte e Sul do Porto de Itajaí – 2019; → Coordenação e levantamento Batimétrico Multifeixe no canal de acesso e bacia de evolução da Superintendência do Porto de Itajaí, Categoria "A" – Itajaí - SC – 2019; → Levantamento Topográfico da área de abrangência das obras de reestruturação do canal de acesso ao complexo portuário de Itajaí, contemplando a instalação da nova Bacia de Evolução, reposicionamento do molhe norte, cabeça do molhe sul, molhe dos |

| Ação | Perfil do profissional | Requisitos e experiência dos profissionais | Qtd | Profissional | Resumo da comprovação da experiência |
|---------|--|--|-----|------------------------------|--|
| | | | | | <p>pescadores e molhe da Marina Itajaí do Complexo Portuário de Itajaí/SC – Porto de Itajaí – 2019;</p> <p>→ Levantamento Batimétrico Multifeixe no canal de acesso e bacia de evolução da Superintendência do Porto de Itajaí, Categoria "A" – Itajaí - SC – 2019;</p> <p>→ Fiscalização da dragagem de manutenção do acesso aquaviário ao Porto de Itajaí, com execução de levantamento hidrográfico, coleta de sedimentos, Maregrafia e densimetria em área de lama fluida – 2016 / 2017 / 2018 / 2019 / 2020 / 2021 / 2022 / 2023 / 2024.</p> <p>Currículo resumido: Bacharel em Oceanografia, trabalha há mais de dez na área de oceanografia, tendo desenvolvido diversos projetos em hidrovias e portos, destacando o desenvolvimento análises e levantamentos batimétricos em hidrovias, terminais portuários e canais de acesso, além de auxiliar na elaboração de estudos de hidrodinâmica, de navegabilidade e de serviços de dragagem.</p> |
| SUPAQ 1 | Especialista em análise de dados de navegação interior | Especialista em análise de dados de navegação interior | 1 | LUIZ CLAUDIO DUARTE DALMOLIN | <p><u>A Recorrente afirma que não foi disponibilizada nenhuma comprovação sobre a experiência do profissional em análise de dados de navegação interior. Para que não haja dúvidas, apresenta-se atestado de capacidade técnica emitido pela LabTrans em que comprovam a responsabilidade técnica do profissional frente ao desenvolvimento de sistemas e aplicações web voltados para o planejamento de transporte e logística (doc. 2).</u></p> |

| Ação | Perfil do profissional | Requisitos e experiência dos profissionais | Qtd | Profissional | Resumo da comprovação da experiência |
|---------|--|--|-----|--|---|
| | | | | | <p>Currículo resumido:</p> <p>Bacharel e Mestre em Ciências da Computação, é especialista em Desenvolvimento Web e em Logística e Mobilização Nacional, possuindo ampla experiência no desenvolvimento de sistemas e aplicações web voltados para o planejamento de transportes e logística. Durante o exercício da função de Líder Técnico no LabTrans/UFSC, desenvolveu variados sistemas e aplicações que são utilizados nas estratégias de planejamento de órgãos governamentais e agências reguladoras, como a ANTAQ, ANTT e o Ministério de Portos e Aeroportos. Dentre os principais sistemas desenvolvidos, podem ser citados: Sistema de Simulações Logísticas – SISLOG, Sistema de Informações Geográficas da Secretaria de Portos – SIGSEP, Sistema de Passageiros – SISPASS, Sistema Hórus, Sistema para Cálculo Tarifário – SISTAR, Sistema de Análise de Redes – SAR. Destaca-se ainda a produção do Sistema de Informações Geográficas do Transporte Aquaviário – SIGTAQ e a participação na elaboração do Plano Mestre, os quais envolveram análises complexas e aprofundadas de dados de navegação interior para possibilitar o seu desenvolvimento.</p> |
| SUPAQ 2 | Especialista em portos, com experiência superior a 8 anos em engenharia ou | Especialista em portos, com experiência superior a 8 anos em | 2 | ANDRE PIMENTEL E ANDRE PIMENTEL JUNIOR | <p>ANDRE PIMENTEL:</p> <p><u>A Recorrente afirma que os ARTs apresentados não seriam suficientes para comprovar a experiência profissional. Contudo, o documento consiste em uma certidão de acervo técnico emitido pelo CREA, no qual consta todas as</u></p> |

| Ação | Perfil do profissional | Requisitos e experiência dos profissionais | Qtd | Profissional | Resumo da comprovação da experiência |
|------|------------------------|--|-----|--------------|---|
| | gestão portuária | engenharia ou gestão portuária | | | <p><u>certidões e declarações emitidas por órgãos públicos que comprovam a atuação do profissional.</u></p> <p><u>Sobre a comprovação de gestão portuária, destaca-se que a estrutura portuária é altamente complexa e envolve equipes multidisciplinares, incluindo engenheiros navais. A definição e as características da embarcação-tipo são fundamentais para o dimensionamento de estruturas de atracação, do canal de acesso, da bacia de evolução e das obras de dragagem. Portanto, é crucial que a equipe tenha profissionais com essa habilitação e experiência. A equipe inclui André Pimentel Júnior, Augusto Sampaio e Nathercia Guimarães, todos com vasta experiência em engenharia e gestão portuária, o que a torna altamente capacitada para desenvolver o projeto de forma satisfatória.</u></p> <p>Currículo resumido:</p> <p>Engenheiro Naval, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, no ano de 1973, registrado no CREA-SC sob o número 12107-6. Há mais de 50 anos trabalha na área de transportes, realizando estudos, dimensionamentos e projetos de embarcações e infraestruturas de navegação. Além disso, durante 14 anos exerceu o cargo de Gerência nos Estaleiros Caneco e Ebin, no Rio de Janeiro e Corena, em Itajaí/SC, onde desenvolveu atividades nos setores de projeto, planejamento e controle de qualidade e garantia, sendo também responsável técnico dos estaleiros no dimensionamento e construção de embarcações (supplies, rebocadores, pesqueiros, passageiros, dentre outros).</p> |

| Ação | Perfil do profissional | Requisitos e experiência dos profissionais | Qtd | Profissional | Resumo da comprovação da experiência |
|---------|---|---|-----|---|---|
| | | | | | <p>ANDRE PIMENTEL JUNIOR: Engenheiro Civil, com pós-graduações em Engenharia de Segurança do Trabalho e em Logística Empresarial, tem atuado há 23 anos no setor portuário nos cargos de agente de autoridade portuária, gerente de engenharia e diretor técnico do Porto de Itajaí. Possui participação direta em diversas ações estruturantes, como obras de reconstrução, reforço de berços de atracação, diversas dragagens, adequação do acesso aquaviário (nova bacia de evolução), projeto da Marina de Itajaí, Elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Itajaí 2010 e 2019, obras de fixação de barra (molhes e quebra mares), projeto de terminal portuário privado, consultoria e assessoria na implantação de porto, com amplo acervo e Certidões de acervo Técnico (CATs).</p> |
| SUPAQ 2 | Eng. Civil pleno com experiência em orçamento e projeto arquitetônico | Eng. Civil pleno com experiência em orçamento e projeto arquitetônico | 2 | ANA BEATRIZ SAMPAIO E REGINALDO GONÇALVES | <p>ANA BEATRIZ SAMPAIO: Engenheira Civil com experiência em orçamento e projeto arquitetônico. Possui graduação em Engenharia Civil e Pós-graduação em Engenharia Ambiental e Saneamento Básico, ambas formações pela Faculdade Estácio de Sá, e está cursando atualmente Pós-graduação em Engenharia Portuária. Possui ampla experiência em projetos de infraestrutura, com ênfase em portos, hidrovias, estudo hidrológico, planilhas orçamentárias, projetos com análise estrutural, plantas baixas da infraestrutura, EVTEA de hidrovias.</p> <p>REGINALDO GONÇALVES: Engenheiro Civil com especialização em Engenharia Ambiental e Saneamento Básico e Engenharia Portuária, possui mais de 20</p> |

| Ação | Perfil do profissional | Requisitos e experiência dos profissionais | Qtd | Profissional | Resumo da comprovação da experiência |
|---------|---|--|-----|------------------------------------|---|
| | | | | | anos de experiência em projetos de engenharia portuária e execução de levantamentos de dados hidrodinâmicos e oceanográficos. Nos últimos anos, atuou na elaboração de projetos básicos e licenciamento ambiental para obtenção de licença prévia do Terminal Portuário Tabulog em Pitimbu/PB, dentro outros projetos junto a Hidrotopo. |
| SUPAQ 2 | Economista, com experiência em business valuation | Com experiência em business valuation | 2 | CARINA DAL PAI E CLOVIS DE AZEVEDO | <p>CARINA DAL PAI: <u>A Recorrente afirma a inexistência de experiência em business valuation. Para comprovação dessa experiência, destaca-se o projeto do EVTEA da EF 151 - Ferrovia Norte Sul (FNS), no qual esteve envolvida na análise de aspectos socioeconômicos e na modelagem econômico-financeira e valuation de projeto de concessão, realizando análises sob a ótica da viabilidade pública e privada, conforme documento em anexo (doc. 2). Portanto, atendendo ao Edital.</u></p> <p>Curriculo resumido: Economista e mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. Com mais de 30 projetos desenvolvidos e mais de 15 anos de carreira como economista, Carina possui ampla experiência nas áreas de estudos socioeconômicos, planejamento, análise de viabilidade socioambiental e econômico-financeira, business valuation, estudos de licenciamento ambiental, de rodovias, portos e ferrovias.</p> |

| Ação | Perfil do profissional | Requisitos e experiência dos profissionais | Qtd | Profissional | Resumo da comprovação da experiência |
|------|------------------------|--|-----|--------------|--|
| | | | | | <p>CLOVIS DE AZEVEDO: Em relação à sua experiência com valuation, além do seu extenso acervo técnico, é importante destacar sua participação como coordenador técnico na área econômica no EVTEA da EF 151 - Ferrovia Norte Sul (FNS), no trecho Chapecó/SC – Porto de Rio Grande/RS. Nesse projeto, conduziu a modelagem econômico-financeira utilizando o método do FCD, para verificar a viabilidade do projeto tanto do ponto de vista público quanto privado. Essa mesma atestação técnica se aplica à economista Carina, pois ambos participaram desse projeto.</p> <p>Curriculo resumido: Economista, com mais de 50 anos de carreira e mais de 100 projetos e trabalhos desenvolvidos, além de inúmeras especializações nas áreas de planejamento de transportes, estudos de tráfego, incluindo modelagem e alocação de demanda e processamento de dados. Possui vasta experiência em Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, atuando como responsável técnico das áreas socioeconômica e financeira, tendo desenvolvido estudos e análises de projeção de demanda, impacto socioeconômica, modelagem de viabilidade econômico-financeira e valuation de empreendimentos e concessões de transportes. Atuou como coordenador técnico, no projeto do EVTEA da EF 151 - Ferrovia Norte Sul (FNS), que envolveu a análise de aspectos socioeconômicos e na modelagem econômico-financeira e valuation de projeto de concessão do trecho ferroviário.</p> |

| Ação | Perfil do profissional | Requisitos e experiência dos profissionais | Qtd | Profissional | Resumo da comprovação da experiência |
|---------|------------------------|---|-----|-------------------------------------|--|
| SUPAQ 2 | Eng. Ambiental | Experiência em licenciamento ambiental no setor de infraestrutura | 2 | LEONARDO STEINER E TAINARA SILVEIRA | <p>LEONARDO STEINER: Engenheiro Sanitarista e Ambiental com pós-graduação em gestão de projetos possui experiência na coordenação e elaboração de estudos de viabilidade ambiental de EVTEAs de instalações portuárias, ferrovias, aeroportos e hidrovias e atua em processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura, com certificações em anexo no doc. 2.</p> <p>Atuou como coordenador técnico do processo de licenciamento prévio do Terminal Portuário Tabulog como coordenador técnico do EIA/RIMA (2021-2024). Também coordenou a elaboração do Plano Básico Ambiental (PBA) do TUP Complexo Agroindustrial Barcarena localizado em Barcarena/PA (2022) e atua como gestor ambiental no Aeroporto Internacional de Parnaíba (2022-atual) para acompanhamento das condicionantes de operação deste ativo de infraestrutura. Ademais, coordenou/coordena os estudos de viabilidade ambiental do EVTEA do Projeto Integrador Intermodal do Estado do Piauí (2023-atual), EVTEA para concessão de áreas de granéis sólidos e líquidos do Porto de Rio Grande (2023-atual), EVTEA para Concessão do Aeroporto Internacional de Parnaíba (2020). Possui experiência em licenciamento prévio, de instalação e de operação, elaboração de orçamentos, gerenciamento de equipes e levantamentos de campo dos meios físico e antrópico.</p> <p>TAINARA CRISTINA: Engenheira Sanitarista e Ambiental com experiência na elaboração de estudos de viabilidade ambiental de EVTEAs de instalações portuárias, ferrovias, aeroportos e hidrovias. Presta apoio técnico em processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura,</p> |

| Ação | Perfil do profissional | Requisitos e experiência dos profissionais | Qtd | Profissional | Resumo da comprovação da experiência |
|---------|--|--|-----|-----------------------------------|--|
| | | | | | redigindo relatórios técnicos, realizando levantamentos de campo e produzindo produtos de geoprocessamento. Atuou na equipe técnica do processo de licenciamento prévio do Terminal Portuário Tabulog (2021-2024). Apoiou na elaboração do Plano Básico Ambiental (PBA) do TUP Complexo Agroindustrial Barcarena localizado em Barcarena/PA (2022) e auxilia na elaboração de documentos técnicos voltados ao licenciamento de operação do Aeroporto Internacional de Parnaíba (2022-atual). Participa dos estudos de viabilidade ambiental do EVTEA do Projeto Integrador Intermodal do Estado do Piauí (2023-atual) e EVTEAs para arrendamento de áreas de granéis sólidos e líquidos no Porto de Rio Grande (2023-atual). As comprovações dessas experiências profissionais, igualmente, constam no doc. 2. |
| SUPAQ 2 | Especialista em análise de dados de movimentação portuária | Especialista em análise de dados de movimentação portuária | 2 | LEONARDO TRISTÃO E BRUNO TEIXEIRA | BRUNO TEIXEIRA: <u>A Recorrente afirma que não foram juntadas quaisquer comprovações sobre a formação do profissional. Esclarece-se que sua formação é de engenharia de dados, tendo atuado em diversos projetos de desenvolvimento de sistemas de logística, conforme detalhado no doc. 2.</u> Currículo resumido: Engenheiro de Dados com 14 anos de experiência na área de desenvolvimento web e gerenciamento de banco de dados. Acumula projetos na área de transportes e logística, principalmente no tempo em que trabalhou como Engenheiro de Dados no Laboratório de Transportes e Logística, entre 2012 e 2021. O profissional possui em seu portfólio o desenvolvimento, como um dos |

| Ação | Perfil do profissional | Requisitos e experiência dos profissionais | Qtd | Profissional | Resumo da comprovação da experiência |
|------|------------------------|--|-----|--------------|---|
| | | | | | responsáveis técnicos de sistemas de referência na área de transportes e logística, utilizados no planejamento setorial pela ANTAQ, ANTT e o Ministérios dos Portos e Aeroportos. Nesse sentido, podem ser citados projetos como: o desenvolvimento do Sistema de Custos Operacionais Ferroviários – SICOF, Sistema de Simulações Logísticas – SISLOG, o Sistema de Informações Geográficas da Secretaria de Portos – SIGSEP, o Sistema de Informações do Transporte Aquaviário – SINTAQ, Sistema de Informações Geográficas do Transporte Aquaviário – SIGTAQ, o SICPORT e o WEBPORTOS. Participou também da elaboração do Plano Mestre. Em relação aos sistemas e projetos desenvolvidos que envolvem o âmbito aquaviário e portuário, se evidencia a extensa experiência do profissional com a área de análise de dados de movimentação portuária. |
| | | | | | LEONARDO TRISTÃO: Cientista da Computação e Mestre em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial, é especialista em Qualidade e Engenharia de Software e possui diversas publicações nas áreas de desenvolvimento e integração de software e bases de dados, sendo também certificado como implementador de Melhoria de Processo de Software – Brasil (MPS.BR). Com 15 anos de experiência, atuou como responsável técnico no desenvolvimento de softwares e aplicações web voltados para o planejamento de transportes e logística, tendo como clientes órgãos governamentais e agências reguladoras, como a ANTAQ, ANTT e o Ministério dos Portos e Aeroportos. Alguns dos produtos desenvolvidos e que contaram com a sua responsabilidade técnica foram: Sistema de Informações Geográficas da |

| Ação | Perfil do profissional | Requisitos e experiência dos profissionais | Qtd | Profissional | Resumo da comprovação da experiência |
|--------------------|------------------------|---|-----|---------------------|---|
| | | | | | Secretaria de Portos – SIGSEP, Sistema de Custos Operacionais Ferroviários – SICOF e o Hórus. Destaca-se ainda a produção dos seguintes sistemas: WEBPORTOS, SICPORT, Sistema de Informações do Transporte Aquaviário – SINTAQ e Sistema de Informações Geográficas do Transporte Aquaviário – SIGTAQ. Participou também da elaboração do Plano Mestre Esses sistemas envolveram análises complexas e aprofundadas de dados de movimentação portuária, evidenciando a ampla experiência do profissional nessa área especificamente, conforme documento em anexo (doc. 2). |
| SUPAQ 1 OU SUPAQ 2 | | Especialista em portos e Hidrovias, com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão hidroviária | 2 | NATHERCIA GUIMARÃES | Engenheira Civil com Mestrado em Economia do Meio Ambiente, Especialização em Logística, Especialização em andamento em Direito dos Transportes, MBA em Agronegócio e Certificação em Concessões e PPPs pela APMG International (CP³P), possui mais de 25 anos de experiência em planejamento no setor de transportes, na elaboração de EVTEAs, e na estruturação de projetos de infraestrutura, especialmente PPPs. Atuou recentemente junto à Infra S.A. na concepção e na coordenação do Plano Setorial Portuário (PSPortos), na atualização dos Planos Mestres dos Portos Organizados brasileiros e na elaboração do Plano Setorial Hidroviário (PSH). Também atuou como engenheira na elaboração do Planejamento Hidroviário para a Diretoria de Planejamento e Pesquisa - DPP/DNIT, e com consultoria e assessoria especializada para as novas outorgas e prorrogações antecipadas de rodovias e ferrovias para a ANTT. Teve participação também na elaboração do anteprojeto para implantação do Programa de Operação Integrada de Hidrovias (PROHIDRO) para o DNIT, visando a melhoramentos na navegação da Hidrovia do Rio Tapajós. Além das referidas experiências, tem longo |

| Ação | Perfil do profissional | Requisitos e experiência dos profissionais | Qtd | Profissional | Resumo da comprovação da experiência |
|------|------------------------|--|-----|--------------|---|
| | | | | | histórico de assessoria especializada, consultoria, coordenação e atuação como engenheira em projetos portuários, hidroviários, ferroviários e rodoviários junto à Infra S.A., ao DNIT, à ANTT e à ANA, atuando tanto na esfera privada quanto pública. |

28. Por todo o exposto, conclui-se que o Consórcio Eagle-Hidrotopo possui vasta experiência no assessoramento de estruturação de negócios de concessão de infraestrutura aquaviária e na elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental de terminais portuários. Somado a isso, possui a higidez financeira para executar o serviço e cumprir rigorosamente o descrito no Termo de Referência.

3.3. Ao final, requereu a improcedência do Recurso interpostos e, conseqüentemente, a manutenção da sua habilitação e homologação do certame, tendo em vista a comprovação da qualificação econômico-financeira e técnica profissional.

4. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DE COMPETÊNCIA DA ÁREA TÉCNICA:

4.1. Quanto às alegações relativas à capacidade técnica, os autos foram encaminhados com o recurso e contrarrazões, conforme Ofícios nº 105 e 107 (SEI nº 8574571) e (SEI nº 8596836), respectivamente, para análise da Diretoria de Planejamento - DIPLAN, que se manifestou por meio da Análise Técnica (SEI nº 8606914), conforme abaixo (sic):

4.1. Em relação ao Recurso Administrativo da empresa GRAF CONSULTORIA EM ENGENHARIA e GARIN INFRAESTRUTURA ASSESSORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, informamos que para o perfil de **Especialista em Hidrovias** foram apresentados 2 (dois) profissionais para o perfil, sendo que para a habilitação mínima exigida a profissional Nathercia Guimarães atendeu aos pré-requisitos exigidos. Portanto em relação ao Profissional Augusto Sampaio, informamos que ele não foi considerado, por não atender aos requisitos.

4.2. Em relação ao perfil de **Especialista em Análise de Dados**, o profissional mencionado **Luiz Claudio Dalmolin não foi considerado na equipe mínima por não ter apresentado comprovação ao seu tempo. Merecendo provimento neste ponto as peças recursais.**

4.3. Em relação ao recurso apresentado pelas empresas GRAF CONSULTORIA EM ENGENHARIA e GARIN INFRAESTRUTURA ASSESSORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, **informamos que os profissionais mencionados (AUGUSTO SAMPAIO E LUIZ CLAUDIO DALMOLIN), não comprovaram a habilitação necessária para os perfis.**

4.4. Em relação ao recurso apresentado pela INFRAS ENGENHARIA LTDA, informamos que, em nossa análise, os profissionais Augusto Guilherme Mueller e Clóvis de Azevedo atendem às exigências solicitadas, porém os demais profissionais mencionados não comprovaram a habilitação necessária ao seu tempo.

4.2. Instada a complementar a análise e decidir acerca do mérito recursal para o quesito técnico, a unidade demandante se manifestou de forma complementar (SEI nº 8624109) (sic):

1.2. Em que pese se informar que os **recursos apresentados mereciam provimento** (item 4.2, do Documento de Análise Técnica - GRAF e INFRAS (8606914), retornam os autos para complementação das informações.

[...]

1.6. No presente caso, uma vez que as comprovações do profissional LUIZ CLÁUDIO DALMOLIN não estavam presentes na documentação de habilitação e se realizou a análise do profissional CLÓVIS DE AZEVEDO **para fins de habilitação, não se entendeu necessária a realização de diligências a serem solicitadas quando da análise técnica** (Parecer 1 de habilitação Lote 6 SUPAQ (8523922), **encaminhada à comissão de licitação nos termos do Ofício 437** (8527761).

1.7. Da Análise dos Recursos e das contrarrazões, com base no Edital e seus anexos [...], **em complemento à análise anterior, conclui-se:**

Em relação ao Recurso Administrativo da empresa GRAF CONSULTORIA EM ENGENHARIA e GARIN INFRAESTRUTURA ASSESSORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, informamos que para o perfil de Especialista em Hidrovias foram apresentados 2 (dois) profissionais, sendo que, para a habilitação mínima exigida, a profissional Nathercia Guimarães atendeu aos pré-requisitos exigidos para a Ação 2 - SUPAQ1. **Portanto, em relação ao Profissional Augusto Sampaio, informamos que ele não foi considerado, por não atender aos requisitos ali estabelecidos.**

Em relação ao perfil de "Especialista em análise de dados de navegação interior", **o profissional LUIZ CLAUDIO DALMOLIN não apresentou documentação comprobatória da experiência na habilitação.** Oportuno registrar que este profissional não foi inicialmente analisado, nem objeto de diligência, em busca de celeridade processual. Isso, visto que a licitante havia apresentado um vasto rol de profissionais, dos quais o profissional CLÓVIS DE AZEVEDO comprovaria experiência compatível, tecnicamente passível de ser aceito na função em referência. **Contudo, após apresentação de recursos e contrarrazões, essa referida substituição de profissional proposta pela SUPAQ [...]** deveria ser respeitada as indicações de profissionais e funções designadas pela licitante.

[...]

Em relação ao perfil de Especialista em análise de dados de navegação interior, CLÓVIS DE AZEVEDO, [...], não tendo sido arrolado na AÇÃO 2 - SUPAQ 1, não é possível considerá-lo na equipe mínima.

4.3. Acerca da análise da documentação apresentada para a comprovação da capacidade técnica apresentada pela licitante, não cabe à Comissão de Licitação se imiscuir em questões eminentemente técnicas, conforme artigo 23, inciso IV do RILC/Infra:

Art. 23. São competências da Comissão de Licitações:

[...]

IV - Quando couber, **solicitar análise e parecer relativos à qualificação e proposta técnica para as unidades requisitantes, cuja análise deverá ser aprovada pelo Diretor Setorial;**

4.4. Importante salientar que o exame da documentação por parte da Comissão de Licitação, se restringe aos aspectos jurídico, econômico-financeiro e fiscal, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a esses, parte-se da premissa de que a autoridade competente se utilizou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

4.5. Dessa forma, não compete a CPL a ratificação da análise e manifestação da unidade técnica, consoante explanado nos itens 4.3. e 4.4 deste documento, visto que a competência é exclusiva da unidade técnica, sendo aprovada pela autoridade máxima da área técnica, nos termos do inciso IV do art. 23 do RILC/Infra, conforme Ofício 488 (SEI nº 8624989).

5. **DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DE COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

5.1. No que tange à competência da Comissão de Licitação, relativamente às alegações da **capacidade econômico financeira para o lote**, o Edital determinou que:

- 6.10. DA PARTICIPAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO:
- 6.10.1. Poderão participar da presente licitação empresas ou associações constituídas sob forma de consórcio, formado por até 3 (três) empresas, de acordo com as disposições constantes do Termo de Referência /Projeto Básico de cada grupo.
- [...]
- 6.10.4. Para efeito de qualificação econômico-financeira, cada consorciado deverá comprovar sua qualificação na proporção de sua respectiva participação, com o acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para os licitantes individuais, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos em sua totalidade por ME/EPP.
- [...]
- 14.11.3. Com base nos dados extraídos da Demonstração Financeira apresentada, será avaliada a capacidade financeira da licitante mediante:
- a) Comprovação de capital social ou patrimônio líquido no mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação; E, acumuladamente;
- b) Comprovação de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), necessariamente superiores a 1,00 (um inteiro), apurados mediante as seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- ;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----- ;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----- ;

Passivo Circulante

- 14.11.4. Se necessária a atualização do Balanço e do Patrimônio Líquido, deverá ser apresentado o memorial de cálculo correspondente.
- [...]
- 14.11.6. No caso da licitante ser vencedora em dois lotes, deverá comprovar possuir a qualificação econômico-financeira acumulada para os dois lotes.
- 14.11.7. Em se tratando de consórcio:
- a) Fica estabelecido o acréscimo de 30% dos valores exigidos para os licitantes individuais, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos em sua totalidade por micro e pequenas empresas.
- b) O percentual de participação da consorciada será aplicado sobre o seu próprio patrimônio líquido, sendo o resultado somado e confrontado com o patrimônio líquido mínimo exigido para o consórcio.
- c) Os índices deverão ser comprovados isoladamente.

5.2. Em sede de questionamentos, a Comissão de Licitação esclareceu no 2º Caderno de Perguntas e Respostas:

PERGUNTA 1: Diante da disposição do edital que admite a participação em consórcio, com um limite de até três empresas, questionamos se, no contexto da qualificação econômico-financeira, será considerado cumprido o requisito quando o patrimônio líquido de uma das empresas consorciadas ultrapassar o percentual exigido e já atingir o valor estipulado no edital, uma vez que tal empresa já demonstrou a totalidade do Patrimônio Líquido requerido. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA DA CPL: Não está correto o entendimento. Conforme item 14.11.7, a comprovação da qualificação econômico-financeira no caso de consórcio, segue o cálculo determinado na alínea "b": O percentual de participação da consorciada será aplicado sobre o seu próprio patrimônio líquido, sendo o resultado somado e confrontado com o patrimônio líquido mínimo exigido para o consórcio. Nesse caso, o consórcio deve avaliar o patrimônio líquido de cada uma das consorciadas, aplicar o percentual de participação por ele definido e somar para totalizar o valor de patrimônio líquido comprovado, não podendo ser comprovado exclusivamente por uma consorciada, pois fere a natureza da própria constituição do consórcio, que é o aumento da capacidade técnica e econômica para a execução do objeto.

5.3. Portanto, é cristalino que o **Edital estabeleceu que o percentual de participação da consorciada será aplicado sobre o seu próprio patrimônio líquido**, vide alínea "b" do item 14.11.7 do Instrumento Convocatório.

5.4. Assim, a licitante claramente atende à exigência do Edital, conforme cálculo abaixo:

| VALOR ESTIMADO DO LOTE 6 = | | R\$ 12.696.633,03 | |
|--|--------------------|-------------------|--|
| VALOR EXIGIDO PARA LICITANTE INDIVIDUAL = | | R\$ 1.269.663,30 | + 30% PARA CONSÓRCIOS = R\$ 380.898,99 |
| VALOR EXIGIDO PARA CONSÓRCIOS = | | R\$ 1.650.562,29 | |
| COMPOSIÇÃO DO CONSÓRCIO | | | COMPROVAÇÃO |
| LICITANTE | CNPJ | % PARTICIPAÇÃO | PL OU CS % |
| EAGLE CONSULTORIA ECONÔMICA E DE ENGENHARIA LTDA | 17.940.831/0001-46 | 50 | R\$ 6.346.593,42 R\$ 3.173.296,71 |
| HIDROTOPO CONSULTORIA E PROJETOS LTDA. | 31.250.137/0001-28 | 50 | R\$ 10.563.821,65 R\$ 5.281.910,83 |
| TOTAL = | | 100 | R\$ 16.910.415,07 R\$ 8.455.207,54 |

5.5. Com relação à **alegação da não apresentação do Balanço** na documentação de habilitação, bem como da ausência de declaração de habilitação parcial pelo SICAF, o item 14.14 do Edital permite que a Comissão realize diligências em quaisquer sistemas de

consulta para averiguação da veracidade das informações.

5.6. Além disso, o item 14.24 permite a realização de diligências e solicitação de documentação de forma a **auferir a condição preexistente à abertura da sessão pública**. Acerca desse ponto, a Comissão poderia ter solicitado o Balanço ou a Declaração em sede de diligência. Todavia, a diligência se tornou desnecessária, uma vez que o referido documento consta do SICAF e foi disponibilizado para consulta pública no link da licitação, no documento nomeado "*Certidão(ões) EAGLE*".

5.7. **Dessa forma, improcedente a alegação acerca da falta de capacidade econômica e financeira do consórcio, uma vez que foi atendido o item 6.10.4, bem como os itens 14.11.3 a 14.11.7 do Edital.**

6. DA CONCLUSÃO

6.1. Ante exposto, considerando as razões recursais, e contrarrazões, bem como a manifestação da unidade técnica (SEI n° 8606914 e 8624109) conclui-se pelo **CONHECIMENTO** do recurso, para no mérito, conceder **PARCIAL PROVIMENTO**, inabilitando **CONSÓRCIO EAGLE-HIDROTOPO** composto pelas empresas EAGLE CONSULTORIA ECONÔMICA E DE ENGENHARIA LTDA. CNPJ: 17.940.831/0001-46 - 50% (líder); e HIDROTOPO CONSULTORIA E PROJETOS LTDA. CNPJ: 31.250.137/0001-28 - 50%, pela não comprovação da qualificação técnica do profissional "*Especialista em análise de dados de navegação interior*", descumprindo-se o **item 8.14, "b" do Termo de Referência** (SEI n° 8226060), da **Ação 2 - SUPAQ 1**.

6.2. Tendo em vista o parcial provimento do recurso, encaminhe-se os autos à autoridade competente, para, se de acordo, ratificá-lo ou retificá-lo, nos termos do artigo 55 do RILC/Infra.

Maria Cecília Mattesco Caixeta
Presidente da Comissão de Licitação

Jaqueline Souto Mangabeira
Membro

Luciana Madeiro Ximenes
Membro

Portaria n° 102 (SEI n° 8384338)
Nota Técnica 9 (SEI n° 8071936)



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília Mattesco Caixeta, Presidente de Comissão de Licitação**, em 25/07/2024, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria n° 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA MADEIRO XIMENES, Membro de Comissão de Licitação**, em 25/07/2024, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria n° 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE SOUTO MANGABEIRA, Membro de Comissão de Licitação**, em 25/07/2024, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria n° 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8601888** e o código CRC **6B45D318**.